

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

TERCEIRO BIMESTRE DE 2016

Eu, **CRISTINA TIEMI ABE HIROSE**, RG n.º 37.452.575-4, servidora efetiva, matrícula funcional n.º 230, nomeada através da Portaria nº 49, de 03 de setembro de 2014, na qualidade de responsável pelo Controle Interno do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev e em cumprimento ao Comunicado SDG nº 32, de 28 de setembro de 2012 do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e a fim de atender os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, esse controle interno realizou, referente período supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas e a execução dos programas de governo e do orçamento do CaraguaPrev;
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração do CaraguaPrev, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III. Exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário de seus membros ou servidores;
- IV. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do CaraguaPrev; e
- V. Apoiar o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no exercício de sua função institucional de controle externo.

O Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, está sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos obtidos pela Administração.

Considerando que o relatório em questão tomou por base informações e fundamentou-se em documentação verídica, bem como, verificação dos aspectos constitucionais e legais que norteiam a Administração Pública Municipal, com abrangência e particularidades próprias da metodologia de controles.

Considerando o resultado da análise do processo em causa, tende-se a evidenciar o que segue:

1- SITUAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL

No terceiro bimestre de 2016, foi realizada a abertura de Crédito adicional suplementar, conforme Decreto do Executivo nº 500, de 30 de junho de 2016 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e o Decreto do Executivo nº 501, de 30 de junho de 2016 no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme a seguir:

03.21.01.09.272.0062.2.072.3.3.90.39	
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 100.000,00
03.21.01.09.272.0062.2.073.3.1.90.01	
Aposentadorias e Reformas.....	R\$ 800.000,00
Sendo coberto com recursos de redução	
03.21.01.09.272.0062.2.072.4.4.90.51	
Obras e instalações	R\$ 100.000,00
03.21.01.09.272.0062.2.073.3.1.90.03	
Pensões	R\$ 800.000,00

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

2.1 - Das Receitas – Fiscalização das Receitas de Contribuição

Constatou-se a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas das contribuições previdenciárias, parte patronal e dos segurados. Verificamos a regularidade dos repasses pelos órgãos: Prefeitura de Caraguatatuba, da Câmara Municipal de Caraguatatuba e Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba – FUNDACC e CaraguaPrev.

2.2 - Demais Receitas

Constatou-se também a regularidade dos lançamentos e registro das receitas da Compensação Previdenciária - COMPREV e o registro dos rendimentos das aplicações financeiras em contas de Variação patrimonial aumentativa ou diminutiva.

2.3 - Resultado da Execução Orçamentária - RECEITAS

Verificou-se o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Receitas e aferimos resultado acumulado deficitário no terceiro bimestre de 2016, conforme quadro que segue:

TERCEIRO BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016						
Discriminação	No Período			Acumulado		
	Previsão Anual	Programada	Realizada	Programada	Realizada	à Realizar
RECEITAS						
I. Receitas Correntes	14.473.500,00	2.412.250,04	2.126.165,88	7.095.083,45	6.301.080,53	-8.172.419,47
Contribuição do Servidor-Ativo Civil	13.047.000,00	2.174.500,02	1.830.372,06	6.381.833,39	5.387.894,99	-7.659.105,01
Contribuição do Servidor Inativo Civil	84.000,00	14.000,00	20.082,28	42.000,00	53.859,13	-30.140,87
Contrib. do Servidor Pensionista Civil	34.000,00	5.666,66	4.171,92	16.999,98	12.515,76	-21.484,24
Receita Patrimoniais	203.000,00	33.833,34	8.749,76	101.500,02	8.749,76	-194.250,24

Indenizações e Restituições	1.100.000,00	183.666,68	262.789,86	550.000,02	735.084,07	-364.915,93
Outras Receitas Correntes	5.500,00	583,34	0,00	2.750,04	102.976,82	97.476,82
II. Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	9.700,00	9.700,00
Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	9.700,00	9.700,00
III. Receita IntraOrçamentária	19.526.500,00	3.254.416,66	2.794.016,73	9.509.041,65	8.223.821,20	-11.302.678,80
Contribuição Patronal -Ativo Civil	19.526.500,00	3.254.416,66	2.794.016,73	9.509.041,65	8.223.821,20	-11.302.678,80
TOTAL DA RECEITA	34.000.000,00	5.666.666,70	4.920.182,61	16.604.125,10	14.534.601,73	-19.465.398,27

2.4 - Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos se deu em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.922/10 e Política de investimentos para o exercício de 2016.

No 3º Bimestre, os investimentos do CaraguaPrev superaram a meta atuarial (IPCA + 6% a.a), com atingimento acumulado no ano de 111,82%.

No referido bimestre, nos termos da Resolução n.º 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional, Portaria MPS nº 519/2011 e suas alterações, e da Instrução Normativa n.º 15, de 25 de fevereiro de 2014 do CaraguaPrev, houve credenciamento das Instituições: Banco Santander Brasil S/A com o CNPJ 90.400.888/0001-42, Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda com o CNPJ nº 10.321.177/0001-52, Caixa Econômica Federal com o CNPJ 00.360.305/0001-04 e BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A com o CNPJ nº 33.850.686/0001-69.

Foi enviado ao Ministério da Previdência Social o Demonstrativo das aplicações e Investimentos, o Comprovante de Repasses das Contribuições ambos aferidos por aquele órgão como REGULARES.

3 – DESPESAS

3.1 - Formalização e Conteúdo

Foram examinadas as despesas efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto legal e formal.

3.2 - Benefícios Previdenciários

Os benefícios são concedidos pelo órgão após o devido processo administrativo em que se comprovam os requisitos exigidos em lei. No referido bimestre, foram concedidas 08 aposentadorias e 01 pensão. O pagamento dos proventos de benefícios dos servidores inativos e dos pensionistas processaram-se dentro das datas previstas, aplicando-se o teto constitucional remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão tendo como limite o subsídio do Prefeito Municipal, obedecendo-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

3.3 - Da Despesa de Administração

O CaraguaPrev cumpriu a determinação da Lei Complementar nº 59 de 05 de novembro de 2015, que fixa limite de gasto com despesas de administração. Análises efetuadas demonstram que foram realizados gastos administrativos dentro do limite de 2% constantes do Orçamento Anual do CaraguaPrev. O exame documental da despesa revelou regularidade de instrução formal.

3.4 - Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno aferiu cumprimento de todas as obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

3.5 - Resultado da Execução Orçamentária – DESPESAS

A execução orçamentária da Despesa pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

DESPESAS	TERCEIRO BIMESTRE DE 2016			Acumulado		
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
III. Despesas Correntes	16.480.000,00	2.074.649,73	2.127.137,39	6.339.905,71	6.183.840,25	10.140.094,29
Inativos Civis	10.810.000,00	1.526.866,13	1.526.866,13	4.450.552,93	4.440.552,93	6.359.447,07
Pensionista Civis	3.205.000,00	323.771,14	323.771,14	969.637,83	969.637,83	2.235.362,17
Outras Despesas Correntes	2.465.000,00	224.012,46	276.500,12	919.714,95	773.649,49	1.545.285,05
IV. Despesas de Capital	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
Investimentos	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
Reserva Legal	16.620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.620.000,00

TOTAL DA DESPESA	34.000.000,00	2.074.649,73	2.127.137,39	6.339.905,71	6.183.840,25	27.660.094,29
------------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------

3.6 - Dos Empenhos

No terceiro bimestre de 2016 os empenhos foram emitidos de forma prévia, nos quais estão anexados os documentos de suporte. O arquivamento dos empenhos se encontra em boa ordem e de fácil localização. A despesa empenhada em cada empenho está classificada de forma adequada. Todas as notas estão assinadas pela autoridade competente e o responsável pela sua emissão.

3.7 - Da liquidação da despesa

No terceiro bimestre de 2016 foram emitidas liquidações de empenhos. A liquidação das despesas está baseada em documentos fiscais e atestados conforme a entrega dos serviços ou dos bens.

3.8 - Das Ordens de Pagamento

No terceiro bimestre de 2016 foram emitidas ordens de pagamentos mediante autorização da autoridade competente e processadas pela contabilidade de forma tempestiva. Os pagamentos observaram a ordem cronológica dos empenhos e de vencimentos. As ordens de pagamento registram de maneira clara as retenções exigidas por contrato ou lei (INSS, I.R.R.F, etc)

4 - DA ANÁLISE FINANCEIRA

4.1 - Do Saldo Financeiro

O saldo financeiro no terceiro bimestre de 2016, apresentam-se conforme demonstração a seguir:

NUMERO	BANCO	AGENCIA	DESCRIÇÃO	SALDO A SEGUIR
BANCOS CONTA APLICAÇÃO				R\$ 259.670.906,44
1	001	1741-8	9999-6 - BANCO DO BRASIL – PREV. RF IRF-M1	4.797.764,32
2	104	0797	9999-0 – CAIXA FI BRASIL REF DI LONGO PRAZO	3.965.123,48
3	044	004	1243450-1 - FIDC MULTISSETORIAL BVA ITÁLIA	2.152.240,14
4	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	730.763,28
5	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL – PREV RF IDKA2	37.509.052,84
6	341	0248	04042-0 – SOBERANO RF IRFM1	8.688.788,74
7	001	1741-8	9999-6 - BB PREVID RF PERFIL	7.735.904,78
8	033	0342	13001576-2 – SANTANDER CORPORATE DI	2.352.858,27
9	104	1741-8	1000-0 – CAIXA FI REF DI LONGO PRAZO	6.096.862,38

10	033	0342	13001576-2 - BANCO SANTANDER – FIC IRF-M1 TIT PUB RF	863.098,23
11	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRAIL – PREVID. RF IMAB 5+	13.009.579,12
12	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL – PREV TP VII	3.748.643,53
13	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL 2016 III TP RF	30.749.684,00
14	341	0248	04042-0 – ITAU INST ALOC DINÂMICA RF FICFI	8.787.199,15
15	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL 2020 IV TP RF	43.815.680,00
16	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	24.438.517,18
17	104	0797	1000-0 – CAIXA TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	60.229.147,00

BANCOS CONTA MOVIMENTO

R\$ 10.729,05

18	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL Conta Movimento	0,00
19	033	4171-8	13000149-1 - BANCO SANTANDER Conta Movimento	2,60
20	104	0797	9999-0 – C.E.F – Conta Movimento	9.759,73
21	104	0797	1000-0 – C E F – Conta Movimento	966,72

TOTAL: R\$ 259.681.635,49

5 - DOS ATOS DE PESSOAL

No período do 3º bimestre de 2016, exerceram os cargos da Diretoria Executiva:

- ✓ Nomeado pelo Decreto nº 383, de 27 de novembro de 2015, o servidor efetivo **Ezequiel Guimarães de Almeida**, para o cargo de Presidente com mandato vigência de 11.11.15 à 10.11.2019, recebendo remuneração do seu cargo de provimento efetivo, demais vantagens de seu cargo, e gratificação de 30% (trinta por cento) estabelecida no artigo 81, da Lei Complementar nº 59, de 05 de novembro de 2015, observado o teto constitucional;
- ✓ Nomeada pelo Decreto nº 340, de 11 de setembro de 2015, a servidora efetiva **Luana Moussalli Forcioni Guedes**, para o cargo de Diretora Financeira, com mandato vigência de **14.09.15 a 13.09.17**, com remuneração de seu cargo de Agente Administrativo, demais vantagens de seu cargo, acrescida de gratificação de função em 30% (trinta por cento), conforme Portaria nº 60, de 21 de setembro de 2015 e art. 21 da LC nº 25, de 25 de outubro de 2007;
- ✓ Nomeada pelo Decreto nº 487, de 02 de junho de 2016, a servidora efetiva **Luana Moussalli Forcioni Guedes**, para o cargo de Diretora Financeira, com mandato vigência de **01.01.16 a 31.12.2019**, com remuneração de seu cargo de Agente Administrativo, demais vantagens de seu cargo, acrescida de gratificação de função em 30% (trinta por cento), conforme Portaria nº 24, de 02 de junho de 2016 e art. 21 da LC nº 25, de 25 de outubro de 2007;

- ✓ Nomeado pelo Decreto nº 157, de 22 de setembro de 2014, o servidor efetivo **Fernando Gonçalves Cervantes**, para o cargo de Chefe de Benefícios, para o período de **08.09.14** a **07.09.16**, com vencimentos do símbolo CC-5;
- ✓ Nomeado pelo Decreto nº 487, de 02 de junho de 2016, o servidor efetivo **Fernando Gonçalves Cervantes**, para o cargo de Diretor de Benefícios, para o período de **01.01.16** a **31.12.2019**, com vencimentos do símbolo CC-3;
- ✓ O quadro de servidores efetivos ocupados é composto por 06 Agentes administrativos, 01 Técnico de contabilidade e 01 Procurador jurídico;
- ✓ Foi aplicado o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão aplicando-se como limite o subsídio do Prefeito Municipal, obedecendo-se o disposto no artigo 37, inciso XI da CRFB/88;
- ✓ A frequência dos servidores é controlada através de registro de ponto eletrônico biométrico, sendo que a folha de pagamento foi elaborada com base nos dados ali registrados.
- ✓ Foi aplicado o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão aplicando-se como limite o subsídio do Prefeito Municipal, obedecendo-se o disposto no artigo 37, inciso XI da CRFB/88;
- ✓ A frequência dos servidores é controlada através de registro de ponto eletrônico biométrico, sendo que a folha de pagamento foi elaborada com base nos dados ali registrados.

6 - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS E COMITÊ:

- ✓ Os membros do Conselho Deliberativo são remunerados, conforme Parágrafo 12 do art. 70 a LC nº 59, de 05/11/2015, os membros do Conselho Fiscal conforme Parágrafo 9 do art. 72 da mesma Lei, ambos com gratificação mensal no valor de R\$ 350,84 (trezentos e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos) equivalente a cinquenta por cento da menor referência salarial dos servidores efetivos do Município de Caraguatatuba, desde que tenha a aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais. A função de membro do Comitê de Investimentos não será remunerada, conforme Parágrafo 2 do art. 78 da LC nº 59, de 05/11/2015.

7 - DOS CONTRATOS, DAS COMPRAS E LICITAÇÕES:

- ✓ No terceiro bimestre de 2016, houve processo licitatório na modalidade Carta Convite nº 02/2016, tipo: menor preço, cujo objeto é a contratação de Empresa para a prestação de

serviços de locação de software integrado com fornecimento de sistemas informatizados para microcomputadores desenvolvidos em linguagem visual e utilizando banco de dados nas áreas de: “Orçamento-Programa, Contabilidade Previdenciária, Execução Orçamentária e Tesouraria”, todos desenvolvidos em ambiente gráfico (visual) e compatível com banco de dados relacional para uso em rede padrão TCP-IP e multiusuário no CaraguaPrev.

- ✓ Nas dispensas licitatórias por valor, o Instituto pesquisa junto a pelo menos três fornecedores.
- ✓ Firmou Contrato nº 06/16 em 01.06.16 com a empresa CECAM, tendo como objeto a contratação Empresa para prestação de serviços de locação de software integrado com o fornecimento de sistemas informatizados para microcomputadores desenvolvidos em linguagem visual e utilizando banco de dados nas áreas de: “Orçamento-Programa, Contabilidade Previdenciária, Execução Orçamentária e Tesouraria”; pelo prazo de 12 meses;
- ✓ Firmou termo de aditamento nº 03/16 ao Contrato nº 07/2014 em 01.06.16 com a Empresa João Carlos Santos, tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de computadores, pelo prazo de 12 meses;

8 – TESOURARIA, ALMOXARIFADO

- ✓ Segundo nossos testes efetuados, verificamos o correto lançamento destes setores.

8 - DOS BENS PATRIMONIAIS

- ✓ Foi constatado que os bens móveis adquiridos pelo Instituto e incorporados ao patrimônio municipal estão registrados contabilmente, estando todos numerados, com placas de identificação afixadas e regulares.

10 - USO DO TELEFONE FIXO

- ✓ O Instituto tem duas linhas de telefone fixo e seu uso é monitorado mensalmente através do relatório de ligações efetuadas.

11 - DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

- ✓ Não foram realizadas operações de crédito no 3º bimestre.

12 - DOS CONSELHOS DE PREVIDENCIA E FISCAL

- ✓ Os Conselhos reuniram-se ordinária e extraordinariamente de acordo com o estabelecido na Lei Instituidora, tendo aprovado e apreciado matérias de sua competência.
- ✓ As Demonstrações Financeiras do período em exame foram aprovadas pelos pares do Conselho Fiscal.

13 - DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

- ✓ O Comitê de Investimentos também se reuniu, tendo discutido matérias relativas a investimentos do Instituto, submetendo suas decisões para aprovação do Conselho Deliberativo, bem como analisou o relatório de investimentos de cada mês.

14 - CÁLCULO ATUARIAL

- ✓ No 3º bimestre, não houve alterações quanto as alíquotas de contribuição, permanecendo a alíquota de 11% para os servidores ativos, inativos e pensões e para os órgãos empregadores (patronal) a aplicação da alíquota de 16,79%.

15 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIÊNCIARIA - CRP

- ✓ O CRP de Nº 986311-136886 do Município esteve em vigor, tendo sido emitido em 14 de novembro de 2015 e válido até 12 de maio de 2016. O CRP 986311-141750 do Município está em vigor, tendo sido emitido em 12 de maio de 2016 e válido até 08 de novembro de 2016. Foi constatado o atendimento a todos os requisitos necessários à sua renovação, não existindo critérios irregulares para o RPPS de Caraguatatuba, junto ao Ministério da Previdência Social.

16 - LIVROS E REGISTROS

- ✓ Pelos testes efetuados, na extensão considerada necessária, verificamos a boa ordem formal dos livros e registros, estando regulares.

17- DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

- ✓ Não chegou ao nosso conhecimento a existência de denúncias ou representações.

18 - TRANSPARÊNCIA

- ✓ Verificamos que o CaraguaPrev mantém atualizado seu sitio na Internet (site), onde pudemos encontrar publicados: toda as informações de Receitas e Despesas detalhadamente, Balancetes da Receita, Balancetes da Despesa, Plano Plurianual, LOA,

Política de Investimentos, Extratos de contatos, Atas das reuniões do órgão máximo decisória o Conselho Deliberativo, do Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, APRs, Credenciamento de instituições financeiras, legislações e outras informações atendendo o princípio da transparência da coisa pública e também buscando a interação com os segurados.

19 – PROJETO AUDESP

- ✓ O Sistema AUDESP é alimentado com a ciência da obrigatoriedade de cumprir os respectivos prazos. Observa-se que os prazos foram cumpridos no bimestre em análise.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- ✓ Todas as despesas realizadas pelo Instituto estão em consonância com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, atentando ao cumprimento das metas estabelecidas.

Caraguatatuba, 08 de julho de 2016.

CRISTINA TIEMI ABE HIROSE
Responsável pelo Controle Interno